

O TERRITÓRIO COMO NOVO CONCEITO-OBSTÁCULO DA GEOGRAFIA

Alexandre Henrique Asada*
Bolsista de doutorado da CAPES

Resumo:

Este trabalho tem o objetivo de discutir o conceito de território na Geografia brasileira contemporânea. Será um ensaio teórico, baseado no debate de textos e autores de referência da Geografia brasileira sobre o tema, que serão cotejados com o contexto social político atual. Toma-se como pressuposto que, assim como em demais épocas históricas, a produção intelectual atual está intrinsecamente ligada à sua época. O conceito de território tornou-se de uso difundido a partir dos anos 1990 no Brasil, apesar de aparecer estudos anteriores na Geografia. Novas questões, novos problemas foram formulados e respondidos, com a utilização de novos referenciais teóricos e novas bases filosóficas, como as teorias pós-estruturalistas. A hipótese do trabalho é que, entretanto, apesar de destacar e responder novos problemas, a difusão de seu uso envolve também novas armadilhas ideológicas e esconde certos problemas. Ao enfatizar o local o sujeito e esquecer da totalidade, em estudos de movimentos sociais nas suas especificidades, que almejam ter seus direitos reconhecidos pelo Estado, o conceito de território acaba por servir como um obstáculo para compreender como se constrói realmente o poder nas sociedades capitalistas atuais. Foucault domina a cena, mas as melhores ferramentas conceituais podem estar em Gramsci. Uma nova indagação pode ser feita, como horizonte de pesquisas, para esclarecer as lutas políticas atuais em contextos políticos de crise do capital e ascensão de novos fascismos: qual a relação da produção do espaço com a constituição da hegemonia? Como o espaço participa da dominação? Aí estaria a definição adequada de território.

Abstract:

The objective of this paper is to discuss the concept of territory at the contemporary Brazilian Geography. It would be an essay, a theoretical reflection based on papers and books of famous Brazilian Geographers that has studied about that theme. And the ideas are going to be related to the political and social context in which it came from. We assumed that, as in other periods, the geographic thought is always influenced by the social context. The use of the concept of territory has been spread at the 1990's in Brazil. New questions, new problems were put and discussed, based on newer philosophical references, like the pos-structuralists. The hypothesis of this work is that, despite the new problems put in the academic field, the intense diffusion of the concept brings some ideological traps and may be misguiding the reflections. By emphasizing the subjects and their places and not consider the totality in which it is placed, some concepts of territory are becoming obstacles to comprehend the real power relations at the contemporary capitalist societies. Foucault is the author that had been used predominantly, but maybe the best conceptual tools to understand the power today is still in the thought of Gramsci. Some questions may resume the problem of the rebirth of fascists movements with profounds social and economic crisis: which is the relation between hegemony and the production of space today? How does space contribute to domination? Maybe this is a way to a better definition of territory.

Palavras-chave: Território, territorialidade, territorialização, teoria e epistemologia da geografia.

* Doutorando em Geografia do PPGG da UFMG. Email: alexhenrisda@gmail.com. Agradeço à CAPES pela bolsa de doutoramento.

Key-words: Territory, territoriality, territorialization, theory and epistemology of geography.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo fazer um debate conceitual sobre o conceito de território na Geografia brasileira contemporânea, tendo como referência autores e textos que bastante difundidos na Geografia brasileira sobre o tema, relacionando a discussão conceitual com o contexto social, econômico e político da atualidade no mundo e no Brasil. Sendo um dos conceitos centrais da Geografia como disciplina, o conceito de território ganhou uma ampliação de seu uso nas últimas décadas, apesar de sua definição conceitual estar ainda longe de ser consenso. O seu intenso uso e sua indefinição em variados estudos na Geografia e em outras disciplinas, assim como sua difusão para o uso no cotidiano de lutas políticas, justifica a relevância social e acadêmica deste debate.

No desenvolvimento da disciplina, a cada época histórica certos modos de fazer e de pensar se estabeleceram, o que se chama nas ciências humanas de escolas de pensamento, baseados em determinadas bases filosóficas e constituindo alguns conceitos que se tornam centrais. Estudos importantes da história do pensamento geográfico, como os de Moreira (2008), Moraes (1989, 1990) e Santos (2012), muito com base no tipo de análise materialista dialética, indicam a relação intrínseca entre essas escolas de pensamento da Geografia, suas bases filosóficas e suas teorias, com seu contexto social, econômico e político. Dado que de acordo com o pensamento marxista, o pensamento e a ciência de determinada época nunca deixam de estar condicionadas, pelas condições materiais da sociedade e seu momento histórico.

Hoje em dia vivemos uma situação um pouco mais complexa na Geografia do Brasil, com grande heterogeneidade de correntes de pensamento. Entre todas as polêmicas e novidades, no entanto, a difusão e o uso do conceito território é um tema que chama a atenção. As mudanças que surgem com os processos da globalização, as reestruturações econômicas, com o domínio das grandes finanças, trouxeram consigo o debate da desterritorialização, a que se seguiu a resposta inevitável teórica e práticas das reterritorializações. Teorizações surgiram sobre o que seria a desterritorialização e as territorializações. Assim, o debate se desdobrou com territorializações como espacialização de processos, mas também como apropriação social do espaço, com a organização política de grupos e de movimentos sociais no espaço. Conflitos entre sociabilidades claramente opostas no uso social, conflitos ambientais e sociais foram

denominados conflitos territoriais. Cada grupo e fragmento de classe espalhada no espaço reivindicou um território, territórios em conflito com uma sociabilidade hegemônica, encarnadas por grandes obras, decorrida do avanço de fronteiras agrícolas, ou em conflitos urbanos etc.

Muitos estudos de caso passam a descrever detalhes das territorialidades na sua especificidade, destacando na análise dimensões práticas, simbólicas e subjetivas não valorizadas, reivindicando direitos e reconhecimento político. Toda essa discussão teórica liga-se a reivindicações de políticas por parte do Estado, sem perceber que a fragmentação do espaço se alia a fragmentação de sujeitos e suas imagens, juntamente com uma manipulação ideológica dessas imagens de acordo com interesses políticos. A política no espaço ganha uma nova cara, um novo léxico, novas pautas e modos de fazer. Assim, tomamos com pressuposto que existe um enredamento ideológico, e que isso tem dificultado a leitura da realidade espacial no contexto atual. Por isso, o objetivo do artigo é fazer um debate crítico sobre o conceito e seu uso.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho será a análise bibliográfica, o que caracteriza portanto um debate teórico, na forma de ensaio, com certo levantamento do estado da arte sobre o assunto (não exaustivo), e com uma discussão teórica sobre o conceito de território. Trata-se de uma primeira tentativa de sistematização de reflexões, dialogando com outros textos, para subsidiar futuras análises de casos empíricos e para contribuir com o aprofundamento teórico da disciplina.

O DEBATE SOBRE O TERRITÓRIO: O ESPAÇO, A QUESTÃO DO PODER E O CONCEITO

O título deste trabalho faz eco com a crítica de Lacoste ao conceito de região de La Blache, e a sua crítica ao conceito de região da geografia tradicional francesa, a nosso ver, pode ajudar a pensarmos a questão do conceito de território hoje em dia. A história do conceito de região lablacheano foi um exemplo de como a mudança do conceito vem quase sempre acompanhada da transformação de um certo paradigma, que por sua vez liga-se a transformações nas formas de interpretar o mundo em determinada época e a grandes transformações sociais ao fundo. No caso a geografia tradicional francesa e seu método. Sobre

a região de La Blache, e seu método regional, Santos (2012) afirmou na sua proposta de uma geografia nova crítica que teria se transformado em uma “mistificação metodológica”. Enquanto Lacoste (1993), no seu famoso livro *A Geografia, isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, de 1976, a chamou de um “conceito-obstáculo”. A crítica de Lacoste (1993) e a de Santos (2012) se referiam ao fato de que o conceito de região, tal como concebido por La Blache, ao focar-se na relação entre uma certa sociedade (como grupo social) e seu ambiente, relação a partir da qual teria surgido um específico *gênero de vida* e teria estruturado uma *paisagem* particular, deixava de lado as ligações que cada região já tinha estabelecido com o mundo por meio da expansão da economia-mundo capitalista. Deixava de lado as intrincadas relações sociais de produção de um sistema econômico, de uma formação social que já estava imbricada e espalhada pelo mundo. Uma suposta autonomia regional já não era verdadeira há tempos. Relações de dominação, como a formação social capitalista na Europa e a realidade do Imperialismo, no resto do mundo, ficava de fora da reflexão. Apesar de La Blache e outros geógrafos referirem-se sobre o tema do Imperialismo, com tons às vezes apologéticos (Santos, 2012). A região e toda uma metodologia do estudo, fixada no modelo das monografias regionais, acabavam tendo um papel ideológico, uma vez que a ciência Geografia podia seguir em adentrar-se nesse problema político no qual a própria Geografia estava metida até o último fio de cabelo. Vale a pena lembrar que muito do interesse dos naturalistas era no estudo da natureza descoberta nos novos mundos apropriados na expansão colonial e que as primeiras sociedades de geografia surgiram na África no século XIX (Santos, 2012).

Bom, hoje o conceito de território teria papel similar? A hipótese deste ensaio é justamente que sim, e talvez até num nível mais perverso, dado que o conceito de território envolve hoje uma discussão específica e pretensamente emancipatória de poder, de luta por direito que não tinham sido reconhecidos, e o enredamento ideológico passou a ser mais velado, ainda mais insidioso. Moreira (2008), em tom provocador, associa a difusão do uso do conceito de território a um privilégio que se está dando a conjuntura política, num mundo pós-Guerra Fria e com carência de saídas políticas transformadoras, em que mudanças estruturais deixaram de ser nomeadas, e talvez até deixaram de ser consideradas. Para Moreira (2008), o território seria a conjuntura, enquanto o espaço corresponderia à estrutura. De fato, na década de 1990 discutiu-se a crise do marxismo, crise do marxismo ocidental, e a consolidação e difusão de novas teorias. Novos movimentos sociais, novas bases filosóficas, novas perspectivas, as teorias pós-estruturalistas, pós-colonial, pós-moderna, as teorias dos novos movimentos sociais, muitas ideias novas circulavam juntamente com as ideologias da globalização e do neoliberalismo, as fábulas do pensamento único e do fim da história. No entanto, nunca o mundo foi tão capitalista,

nunca O capitalismo atingiu extensões tão vastas do planeta, nunca governou tantas vidas e nunca tinha adentrado tão fundo em várias as esferas da vida cotidiana. É justamente este momento que ganha força a discussão sobre o conceito de território na Geografia, e especialmente na nossa análise na Geografia brasileira.

O retorno da discussão sobre o território tinha, entretanto, sua importância e ocorreu inclusive por meio de autores de peso, como o próprio Milton Santos (talvez principal expoente da proposta de uma geografia crítica no Brasil), que publicou artigos enfatizando a experiência, o lugar, os saberes locais diante da ampliação da escala dos processos de dominação, com os atores hegemônicos globais, da unificação do sistema técnico e do tempo, para a produção de uma mais-valia global (Santos, 1999, 2014). Moraes (2013) faz um revelador estudo da evolução do conceito de território no pensamento de Milton Santos, identificando como o conceito sofreu modificações nos seus escritos e, diferentes épocas, ao longo de sua obra, até chegar à discussões da década de 1990, quando o conceito ganha destaque e entra até no título de artigos e obras. Se no início era um conceito com pouca importância, que se referia mais à extensão física e concreta do espaço, na década de 1990 o conceito já incorpora uma dimensão fenomenológica da apropriação e uso do território pelos sujeitos, sem, contudo, deixar de se referir à materialidade do espaço (Moraes, 2013).

De fato, houve uma mudança de sentido no conceito. E, sem dúvidas, algumas mudanças tiveram grande importância, haja vista as limitações do conceito usado na geografia política clássica. O reconhecimento de outras escalas para cima e para baixo do Estado-Nação, com o reconhecimento de disputas de poder no espaço de uma mesmo Estado, em compartimentações que não correspondiam às divisões oficiais administrativas foi bastante relevante. Assim, muitos autores basearam-se nas contribuições teóricas de pensadores como Michael Foucault sobre micropoderes, e nesse sentido o estudo de Raffestin (1980) foi um marco. Mas certos problemas já tinham sido colocados anteriormente, por Yves Lacoste (1976), com sua ideia de espaço diferencial, que não é lembrada em muitas análises, e com cuja obra da década de 1970 já tinha recuperado a discussão política na Geografia do ranço e da prisão da geopolítica clássica.

Mas foi sobretudo o filósofo Henri Lefebvre que abriu caminhos anos antes, ao debater o problema nos seus escritos sobre o espaço do final da década de 1960 e início dos anos 1970, apesar de não usar exatamente a palavra território. O filósofo discorre sobre os processos de apropriação e dominação no espaço, as lutas pelo direito à cidade, distingue analiticamente a tríade do espaço vivido, espaço percebido e espaço concebido. Da dicotomia entre o valor de uso e o valor de troca no espaço, em contradição no espaço, vem a ideia de usuários do espaço,

é a **contradição** das relações sociais de produção capitalistas passa a ser também uma **contradição do espaço**, já que este também se torna uma mercadoria.

As questões levantadas por Lefebvre aparecem já em 1977, no estudo de David Harvey (1982), no qual o autor trouxe o debate lefebvreano para pensar como a luta de classes poderia ocorrer também fora da fábrica, sobre o meio ambiente construído, em torno da questão da habitação. Debate, de fato iniciado, aliás, por Engels no século XIX. Também, não é de todo exagero dizer que há uma ligação, se não uma herança direta, provavelmente, do conceito de território usado de Milton Santos (território efetivamente usado e apropriado) com a discussão de usuários do espaço que aparece nos estudos de Lefebvre do fim da década de 1960 e início da década de 1970, já que este autor consta nas suas referências bibliográficas, apesar de não haver uma referência direta no caso deste termo em específico. Outro artigo famoso de Milton Santos de 1975, *Espaço e dominação: uma abordagem marxista*, também debatia como o espaço pode ser meio de dominação, além das relações de trabalho da fábrica e das relações de poder formais jurídicas e do Estado.

Entretanto, é indiscutivelmente na década seguinte, de 1980, que, ao menos no Brasil, a discussão sobre o poder aparece por meio do conceito de território. A mudança não foi apenas de nome, mas a mudança da categoria de análise trouxe consigo um novo conteúdo, um modo de ver baseado em novos referenciais teóricos e novas correntes filosóficas, de tal forma que passou a reorientar o modo de entender o problema e de os explicar. O estudo de Raffestin (1993) teve importante papel nisso, haja vista que faz uma espécie de bricolagem com as teorias do estruturalismo, em voga desde algumas décadas, misturando análises originadas da linguística e da antropologia estruturalista, com as análises de Foucault e Lefebvre, para construir uma nova teoria sobre a relação entre espaço e poder na Geografia na qual o território passa a ser a palavra-chave.

A influência das teorias e da filosofia de Foucault vai ganhar mais força ainda nos anos seguintes, assim como a antropologia cultural em suas novas abordagens como a hermenêuticas e a pós-estruturalista. O livro de Sack, de 1986, também é um dos mais citados. O conceito de território, no entanto, em nova roupagem, passa a deixar em segundo plano, ou até a deixar completamente de lado, certos problemas que a renovação crítica da Geografia e o enriquecimento da compreensão do espaço tinha obtido, por meio da teoria marxiana e lefebvreana. E, por isso, a ideia de que a difusão de um certo tipo de conceito de território, baseado em determinados pressupostos filosóficos, e profundamente contaminado pelo seu próprio tempo histórico, pode estar atuando como um conceito-obstáculo. De maneira similar ao campo cego que a concepção da concepção de espaço criticada por Lefebvre (2019).



A ARMADILHA DA FRAGMENTAÇÃO E O LABIRINTO DAS REPRESENTAÇÕES

Na década 1990, além dos artigos de Milton Santos, muitos outros foram publicados no Brasil usando o conceito de território de maneira central na análise, ou até mesmos nos títulos dos trabalhos, seja na forma própria de território, seja nas suas derivações como territorialização, reterritorialização, desterritorialização ou territorialidade. Fuini (2020) faz um levantamento quantitativo e identifica que os dois mais citados foram os estudos de Rogério Haesbaert e os de Marcelo Lopes de Souza. Esses dois autores publicaram artigos debatendo o conceito na coletânea introdutória *Geografia: conceitos e temas*, de 1995, bastante difundida entre os estudantes de Geografia. Com alguns aspectos semelhantes, com relação a novos referenciais teóricos e filosóficos, apesar de marcadas especificidades das visões, representam bem a mudança de perspectiva na Geografia com relação ao poder e as teorias para entender o poder no espaço, que se ligam a certos problemas de compreensão da realidade.

Essa mudança, para deixar bem claro, já vinha ocorrendo. Bertha Becker (1982 apud Fuini, 2020) publica um artigo em 1982, chamado “El uso político del territorio: consideraciones a partir de una visión del tercer mundo”, já com influência das novas perspectivas, e continua a utilizar o conceito em produções nos anos seguintes. E o próprio Milton Santos, ainda na década de 1980, antes do referido artigo sobre o território propriamente, já começou a utilizar o conceito de uma forma diferente da visão de simples materialidade no livro *O espaço do cidadão*, de 1987. Neste livro, com ares de manifesto político, escrito no momento da assembleia constituinte do fim do governo ditatorial, Santos (2002) tece reflexões sobre a política e suas as implicações espaciais, de tal modo que aparecem subtítulos e nomes de capítulos como “Territorialidade e Cultura”, “Os pactos territoriais”, “Território e Cidadania” e até, no último capítulo, o termo “direitos territoriais”.

É famosa da época também a coletânea de ensaios de professores do IPPUR, de 1991, chamada *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*, organizada pelas professoras Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro. Outro exemplo é a coletânea de artigos organizada pelo professor Milton Santos, fruto de evento organizado ocorrido USP, chamado *Território, Globalização e fragmentação*, com vários artigos que se baseavam no conceito de território, como o do professor Manuel Correia de Andrade. Enfim, várias obras tratavam de mudanças das relações de poder e do espaço, e o conceito de território estava sendo mobilizado. Mas, com certeza, aqueles dos dois autores e seus artigos na coletânea de 1995 acima referidos,

merecem destaque, pela inovação e pela influência que tiveram. Tão grande é a influência deste modo novo de ver, e as consequências políticas que dela derivam, que partiremos da discussão destes autores.

Souza (1995), no seu artigo da coletânea, começa por fazer a crítica da visão da geopolítica e Geografia Política clássica, com uma noção estanque de território que se referia exclusivamente ao solo do Estado-Nação. Critica a visão de Ratzel e coloca o problema, com certeza, já anunciado por Raffestin e outros: as relações de poder no espaço extrapolam às divisões formais e administrativas dos poderes oficiais. O reconhecimento de outras escalas abaixo do lugar, a micropolítica de Foucault, em espaços como escolas, prisões, um bairro, uma “comunidade”, é sem dúvida uma contribuição à Geografia na medida em que possibilita a leitura de problemas para os quais não havia ferramentas conceituais e, por isso, não existiam. O famoso exemplo das prostitutas e travestis com seus “territórios”, uma territorialidade móvel, dos outsiders, que ocupa as ruas do que de dia é um bairro comercial; ou o exemplo das facções do tráfico de drogas tomando conta das favelas no Rio de Janeiro, que confirmaria um território em rede, descontínuo; são exemplos que marcam a compreensão do território como fragmentado, em rede, descontínuo, móvel, que dependem de relações de poder que se projetam no espaço, caminhou junto com as referências as teorias de Foucault, assim como, talvez de maneira menos enfática, o debate sobre autonomia trazido de Castoriadis e dos anarquistas e autonomistas.

Uma primeira questão que se pode colocar, e que marca muitos estudos que utilizam o território para analisar problemas micro, ou como o próprio autor discute, micro ou nanos territórios (Souza, 2009, 2011), é a seguinte: tratam-se mesmo de territórios? Bom, se são relações de poder no espaço, não estão misturadas com outras relações de poder que vem de outras escalas, como o governo do município, do Estado, das finanças globais? A questão pode parecer simplória, mas se compararmos a discussão realizada por Milton Santos em outro artigo que discute o território de 1999, chamado *Território e o Saber Local: algumas categorias de análise*, a complexidade aparece. Santos (1999) usa a expressão mosaico para explicar o território, que é uma totalidade, articulada por eventos, acontecimentos solidários, marcada de fato por usos diversos, econômicos e sociais, por atores locais ou globais, do país “de cima” ou “de baixo”, e é sim um campo de força. Mas no território, único, ocorrem conflitos pelos usos. Há verticalidades e horizontalidades, diferentes escalas, diferentes temporalidades, mas não há múltiplos territórios em conflito, e sim conflitos que ocorrem no território. Deste modo, se existem morros dominados por facções criminosas ou grupos de outsiders que dominam certas ruas à noite, a sua apropriação do espaço não consegue se livrar de processo de dominação

como o poder das finanças globais sobre a economia de um país, nem das técnicas hegemônicas unificadas em sistema e carregada de intencionalidade, como explicou Santos (2009).

Quando se fala de comunidades e seus territórios ou de movimentos sociais e seus territórios, estamos nos referindo a um processo social especializado, de apropriação de porções do espaço, certamente, talvez criando escalas, práticas e dinâmicas espaciais próprias, mas que estão inseridas em outras relações de poder que podem se imbricar ou se sobrepujar, manipulando as segundo uma lógica superior. Uma facção de traficantes de drogas não está fora das relações sociais de produção capitalistas, nem fora de um sistema-mundo cuja ordem parece estar em transição hegemônica, apesar de poder causar grandes transtornos nas cidades, e até em escala nacional. Neste sentido o território é metáfora? Há processos de territorialização, em disputa, mas a acomodação de poderes hegemônicos? A produção do espaço urbano que condiciona a todos em uma cidade, não deixa de estar controlado por certos agentes.

Bom, aí está já um problema teórico que aparece de maneira bem nítida, inclusive expressamente, com marcação de posição em texto. Souza (2011), em outra coletânea mais recente, nos esclarece que não concorda com a ideia de produção do espaço de Henri Lefebvre. É outra sua opção teórica. Não concorda com a ideia de totalidade, e a relaciona com um autoritarismo, ou uma rigidez estruturalista, ligando a ideia filosófica de totalidade ao totalitarismo (Souza, 2009, 2011). Nada contra a liberdade de opção teórica, cada pesquisador que caminhe por onde lhe der sentido. Mas a ideia de que existe um processo de produção e de que território não é apenas uma projeção de relações de poder, uma ação que depende exclusivamente da vontade e de um jogo de forças no campo, ou seja, de que no espaço são produzidos objetos, os quais, fixos, carregados de técnicas e ideologia, condicionam as relações sociais que sobre eles se desenrolam, fica obscurecida. As relações sociais de produção contêm uma relação de poder; são política pura, no debate marxista. E isso era reconhecido até mesmo na economia política clássica, por isso o nome composto da disciplina. Isso não é considerado nessa visão de território do autor. Assim, a contribuição de Lefebvre não é aproveitada. E a lição de Santos (2012) de que o espaço é um reflexo e um fator fica esquecida.

Mais recentemente, Fani (2019), bastante referenciada no pensamento de Lefebvre, como sabido, retoma e amplia o debate, e afirma que o espaço é “*condição, meio e produto da reprodução da sociedade*” (p.23). Adiante, trazendo para a análise o processo de produção e reprodução do capital dentro do qual as sociedades modernas estão e do qual ainda não se conseguiu sair, diz “do ponto de vista da política o espaço- território é meio de dominação” (p.24). Por meio do espaço, os mortos governam os vivos, como disse Milton Santos. O espaço geográfico é sistemas de ação e sistemas de objetos, indissociáveis, porque a s intencionalidade

estão impregnadas os objetos, que condicionam as ações (SANTOS, 2009). Há o Estado, há uma estratégia de classe, há hegemonia. Isso tudo é substância do território no mundo de hoje, porque está em quase todas as relações de poder, a não ser naqueles poucos seres humanos que não se relacionam e encontram-se, de fato, fora do sistema mundo moderno. Nenhum processo de apropriação de espaço feito por um grupo social, a não ser que esteja completamente apartado de relações com essa sociedade global (povos indígenas completamente isolados), pode escapar das relações de poder que já estão implícitas nas relações sociais de produção de uma sociedade de classes, regidas pelo processo de acumulação de capital.

Já a proposta de Haesbaert (2006, 2007, 2009) do território e dos processos de des-territorialização, de um mundo em que teria crescido a multiterritorialidade, construída em cima de diversificada bibliografia, é bastante sedutora. A importância da reterritorialização dos sujeitos num mundo alienante, dominado por processo globais que impõe processos de desterritorialização em grande escala, é sem dúvida urgente e valiosa, especialmente num mundo em que economicismos afastam o papel da experiência humana. Além da referência a Foucault, Castoriadis, Hanna Arendt, com o conceito sobre violência e poder, e Bourdieu, com a ideia de que o poder é também simbólico, o autor consegue fazer a costura com a distinção lefebvreaana entre apropriação e dominação.

A contribuição mais inovadora, sem dúvida, é a agregação de conceitos das teorias do filósofo Gilles Deleuze e de o psicanalista Felix Guatari, elaboradas nas obras que escreveram em conjunto desde a década de 1970 até o início da década de 1990. Sua teoria, crítica da psicanálise e base da esquizoanálise, que se tornou inclusive uma prática clínica alternativa, tinha também uma reflexão sobre o ser humano e sua existência, usa o termo território, territorialização, como parte do sistema teórico. Haesbaert (2007, 2009) se apropria dessas teorias e cria seu próprio conceito de território, dando mais riqueza subjetiva ao processo de desterritorialização-reterritorialização, que já tinha sido identificado por Raffestin (1993). Assim, Haesbaert (2009) destrincha os vários aspectos e tipos de processo de des-territorialização, em uma perspectiva mais política, mais econômica ou mais cultural. Ao seu pensamento, mais complexo, e que talvez mereça no futuro uma crítica mais cuidadosa, apontamos por ora apenas algumas armadilhas teórico-ideológicas: a tirada de foco da perspectiva de classe, a dificuldade de analisar as relações de poder inerentes às relações sociais de produção capitalistas, e, portanto, a ideologia e os processos de dominação, e um certo individualismo metodológico e uma busca de saída estética para os dilemas políticos do mundo moderno no final do século XX e início do XXI, que pode-se perceber pelo sentido atribuído a ideia de apropriação.

O autor em vários de seus textos afirma que “o território, imerso em processos de apropriação e/ou dominação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural/simbólica” (Haesbaert, 2004a: 95-96)” (Haesbaert, 2007, p.21). Certo que o autor, honestamente, indica que pega a ideia de Lefebvre, que por sua vez tinha utilizado essas ideias de dominação e apropriação nas suas obras sobre a produção do espaço do começo da década de 1970. Entretanto, Haesbaert se esquece de que Lefebvre, autor marxista, produz a partir da teoria marxiana. Dentro da teoria de Marx, os seres humanos se apropriam da natureza (por meio de uma técnica que é uma cultura), trabalham, a transformam nesse processo e produzem uma segunda natureza, obra ou produto, mediado por certas relações sociais de produção historicamente determinadas. Em cima dessas relações sociais de produção, que inclui certa divisão social do trabalho, um modo de produção próprio, estruturam-se relações políticas, formas de governo e um sistema jurídico (MARX, 1999). A afirmação de Haesbaert (2007, 2009) leva a entender que os processos de apropriação são cada vez mais subjetivos (e simbólicos) e os de dominação são cada vez mais concretos, funcionais e econômicos. Ainda que inconscientemente, o pensamento leva a entender que contra os processos de dominação do capitalismo global, contra os quais as ações dos indivíduos nada pode, o que os resta é uma reterritorialização num nível subjetivo e simbólico, ou seja, uma acomodação a ordem e uma saída estética para problemas políticos.

Na verdade, o raciocínio de Haesbaert (2007, 2009) não chega a este ponto de afirmar que a apropriação é apenas um processo subjetivo, mas a armadilha ideológica está posta, na formulação. E isso se reforça na medida em que percebe-se na sua teoria um diálogo e, em muitos momentos, uma compreensão positiva do que seria a pós-modernidade, um mundo em rede, em que os sujeitos se organizam cada vez mais em territórios-rede e a diferença política entre os sujeitos deve-se ao fato de que alguns tem mais condições de se organizar em rede e ser multiterritorial, enquanto outros não tem condições de acessar essas redes e ficam condenados a reclusão territorial, no extremo concentrados em aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2009). Aos problemas do mundo, entre os quais a imobilidade seria um dos principais, o que deve ser feito é buscar organizações de territórios-rede. Ocorre que o autor pensa que os sujeitos que se territorializam são grupos étnico-culturais, grupos terroristas ou outros tipos de grupos sociais, as empresas e o Estado. Ora, com essa perspectiva as relações de classe e o processo complexo de dominação de classe sai completamente do foco de análise, e o autor não consegue identificar certas relações de dominação que se estruturam entre as ditas empresas privadas e o que se chama Estado. O debate teórico sobre o que seria a sociedade

As diferenças entre as concepções de Hegel, Marx e Gramsci, passam longe, apesar do autor se referir a ideia de hegemonizados de Santos (2012) e afirma que prefere subalternizados (Haesbaert, 2007). Por fim, dessa forma, os sujeitos escapam da famigerada desterritorialização, mas o autor se esquece de outro problema: conseguiram eles superar a alienação espacial? Eles têm consciência da divisão do trabalho social, de todos os mecanismos de dominação e conseguiram superar o processo de alienação no trabalho? Essa reterritorialização, então, tem autonomia?

Se fossemos ler criticamente, entretanto, esclarecendo que os processos de apropriação do espaço não ocorrem por parte de grupos isolados, mas sim por parte de grupos que são fragmentos de classe, apenas posicionados diversamente no processo de produção e circulação global, que como indicou Santos (2012) está hoje interligado num sistema técnico mundializado que é criado e manipulado por um sistema de ações também global. Há estratégias de classe, muitas vezes inconsciente, mas muitas vezes conscientemente, cuidadosamente planejado, como foi sintetizado por Lefebvre ao explicar a sociedade atual como uma *sociedade burocrática do consumo dirigido*. Isso quer dizer que a cultura hoje é transformada e está permeada por ideologias, servem a processo de dominação, dos quais os processos de apropriação praticado por grupos ou indivíduos não conseguem escapar. Afora isso, o próprio espaço produzido condiciona as práticas, e condiciona o que seriam processo de territorialização.

Desta forma, um processo de apropriação de um espaço, longe de estar do lado oposto da dominação econômica, funcional e concreta, pode estar dentro de um processo de dominação recheado de cultura, símbolo e subjetividade, mas servindo muito bem a um processo econômico de acumulação do capital. Os processos de gentrificação são exemplos dessa complexa mistura entre apropriação e dominação. Um processo de apropriação espacial, material e simbolicamente, na medida em que é realizado por sujeitos imersos em uma cultura de massa cujos símbolos estão carregados de ideologia, fruto de um complexo sistema de manipulação (propaganda a marketing), está dentro de uma sociabilidade esperada, dentro de certos tipos de relações sociais de produção. Assim, o que se entende por territorialização em escala micro, os micro ou “nanoterritórios” não estão fora de outras relações de poder mais amplas, que constituem a sociabilidade capitalista. Pensar empresas privadas e Estado como sujeitos, como atores, dificulta o entendimento de que o capital é uma relação social (MARX,2013) e que ela já em si uma relação de dominação.

Ainda há a discussão das territorialidades no campo, que têm elementos diferentes com relação às áreas urbanas, mas nas quais, em geral, também se apresentam os mesmos problemas concretos não analisados pelas concepções de território já levantadas aqui. Porto-Gonçalves (2002) traz o debate das novas territorialidades, como de povos indígenas, povos “tradicionais”, camponeses, seringueiros, territorialidades subalternas, que visavam se tornar opções de paradigma de sociabilidade e sustentabilidade. Mas, tirando alguns povos que não mantêm contato frequente com a “civilização” ocidental, algum grau de influência elas sofrem, apesar de manter muitas formas de vida territorializadas bastante particulares, que são mesclas de culturas indígenas com contribuições de migrantes e novas criações da miscigenação. Cabe, então, a questão de quanto e como estão influenciadas pelos valores da cidade, e do quanto dependem da sociedade “de fora”. O que elas hoje precisam do Estado? Tanto o que reivindicam conscientemente como direito, quanto o que dependem para proteção de seus territórios contra invasões (de nacionais ou de estrangeiros) e o que têm direito, mesmo sem reivindicar, porque está posto na constituição do país o no direito internacional.

Se há uma instituição que lhe garante direito acima, esta territorialidade está dentro de outro território, não? Não estaria aí um problema teórico a se considerar? Em tempos de governos que negam direitos humanos, é necessário esse avanço teórico. Para ser bem explícito, estamos nos referindo às relações de poder do sistema-mundo, o sistema internacional, a “comunidade internacional”, às sociedades civis dos diversos Estados e os Estados-Nação, cuja territorialidade, talvez tenha perdido certa força com a globalização, mas que nunca desapareceu e continua a ser a instância política legítima internacionalmente. E dentro dos Estados-Nações, a própria proteção ou não de territórios indígenas, de direitos de minorias, passa a ser uma disputa interna por convencimento das sociedades civis de cada Estado, o que quer dizer que estão dentro de uma disputa hegemônica.

Com relação a camponeses, a questão do território fica ainda mais complexa. Fernandes (2009) afirma de maneira bastante problemática que existem territórios do campesinato e territórios do agronegócio. Se existem de fato práticas contraditórias, círculos espaciais e dinâmicas econômicas diferenciadas em cada um destes, digamos, por falta de termo melhor, setores da economia e da sociedade, configurariam eles diferentes territórios? Estariam os camponeses do Brasil fora das relações de classe e de dominação do país? E do mundo? Deixam de querer certos produtos, deixam de querer ter acesso a certos padrões de vida? Deixam de usar as mesmas estradas, o mesmo dinheiro, de ouvir as mesmas músicas? Oliveria (1999) contra esse perigo, já tinha destacado que havia, além do processo de territorialização do capital na



agricultura, um processo de monopolização do território pelo capital monopolista e pelas finanças, de modo que os camponeses ficavam subordinados politicamente e economicamente. Neste sentido, existem conflitos no território, diferentes práticas e lutas por hegemonia, mas dentro do mesmo território. Marques (2008) faz uma análise mais cuidadosa do campesinato.

Com relação aos povos ‘tradicionais’, os indígenas e os povos quilombolas e seus territórios, realmente se trata aqui de problemas empíricos e teóricos com os quais devemos lidar. Pois se de fato constituem outras territorialidades, com diferentes formas de sociabilidade e de relação com o espaço natural, como de nações indígenas que conseguiram preservar sua cultura material e imaterial, e sua defesa ou demanda por regularização é, sem sombra de dúvida, legítima, em que medida eles estão fora das relações de poder das sociedades estatais e das relações de poder mundial? A questão indígena e sua luta hoje em dia, a necessidade de mobilização interna e externa contra governos fascistas e dinâmicas capitalistas predatórias podem indicar caminhos de interpretação. Se o destaque para a complexidade e diversidade das situações e modos de existir é legítimo, alguns limites não conseguiram ser ultrapassados. Aí entra a questão de talvez identificar o grau de transformação do espaço, o grau de contato com a cultura de massa, das cidades, que certos rincões do interior têm.

ESBOÇANDO UMA RELEITURA CRÍTICA DO TERRITÓRIO

Não é que acreditamos que não existam as relações de poder e as apropriações materiais e simbólicas em pequenas escalas. A questão é que elas não podem ser feitas sem levar em consideração as escalas maiores dentro das quais todas as territorialidades, hoje, estão inseridas. O caso é que pode ser que a Geografia, e a visão de vários autores da geografia, tenha sido influenciada por um contexto cultural e ideológico a que Harvey (2011) chamou de condição pós-moderna. É preciso lembrar que o argumento de Harvey (2011) no seu famoso livro é uma crítica às visões pós-modernas, e que uma explicação material para essa mudança cultural é a transformação de um regime de acumulação e de uma forma de regulamentação fordista-keynesianos para um regime de acumulação flexível e sua forma de regulamentação, que, na esfera cultural, se expressam nas ideias do neoliberalismo e na cultura pós-moderna.

Parece ainda, apesar de rica e exaustiva discussão sobre o conceito de território, haver muita confusão, como o faz Fuini (2020). Diferentemente de como este autor defende, o conceito de território não mudou simplesmente porque saímos da época moderna para a pós-moderna, e assim precisamos de novas ideias adequadas a nossa era. Mas sim porque houve uma mudança concreta na economia e na política, e os processos e agentes políticos usaram

uma legitimação no plano ideológico. Até as concepções de Haesbaert (2006, 2007, 2009), de Souza (2005, 2009, 2011) e de Fernandes (2009) também parecem estar contaminadas por esse espírito da época. O conceito de território está no centro dessa disputa ideológica. O que pode ser explicada pela tendência à fragmentação, alienação generalizada e à produção de novas fábulas ideológicas, como explicou Santos (2009).

O retorno aos conceitos de totalidade, como defendido por Conceição (2021), e do conceito de espaço considerando essa totalidade (Santos, 2009) podem ajudar a superar a problemática concepção de territorialidades separadas das formas, funções, estruturas e processos dentro das quais elas estavam inseridas. A tendência, em nossa opinião, de pensar o território em microescalas, enfatizando mais as identidades e relações locais, fenomênicas, pode levar a um enriquecimento de uma escala por décadas negligenciada, mas pode conduzir a situações perigosas quando se perde a visão de escalas mais amplas e dos processos gerais pelos quais se encontram ainda afetados.

Se existe em escalas menores, em que grupos, fragmentos de classes que se apropriam de porções do espaço, e criam uma identidade, eles nunca deixam de estar submetidos ao poder que vem de escalas mais amplas, pela força da violência, pelo Estado, pela técnica, pelas relações sociais de produção que, em determinados contextos periféricos, repetem a acumulação primitiva. Ao justificar a escala do sistema-mundo Wallerstein (1974) argumenta que são hoje pouquíssimos os lugares que se desenvolveram e se mantém sem contato com o sistema-mundial. Todos estão, inclusive, dentro de um Estado, já que a Antártida e os oceanos são as únicas porções do planeta internacionais.

Dentro dos Estados, a análise de Moraes (2011), pode ajudar a esclarecer a questão. Ao refletir sobre a formação dos Estados na periferia do sistema-mundo, este autor especifica que as sociedades passaram por diferentes vias de desenvolvimento dentro do modo de produção capitalista. A nação nesses Estados periféricos veio muito depois do território colonial, que no século XIX se torna independente como um Estado por meio de uma articulação de elites que visavam a promoção da ocupação dos fundos territoriais e a manutenção do trabalho escravo negro. No século XX surge a necessidade de criar a nação, que não existia, pois mais da metade da população do Estado territorial eram ex-escravos, e por isso nos Estados territoriais da periferia, ex-colônias, as ideologias geográficas tiveram tamanha importância (MORAES, 2005a, 2005b, 2011b). Ao longo do século XX e hoje no começo do XXI, a modernização do território, o desenvolvimento econômico, a urbanização, levou a integração desses segmentos marginais. Mas a nossa formação social caracterizou-se desde a colônia pelo uso de formas

nao capitalistas de produção para uma produção voltada ao mercado externo, inserida desde o início na economia-mundo capitalista (MORAES, 2011).

O que muitas vezes não se consegue fazer nas análises sobre territórios em microescalas, ou nanoescalas, é a consideração da geografia histórica do capitalismo com suas dinâmicas e contradições na análise. Harvey (2006), por exemplo, fala da constituição de configurações territoriais que se formam no contexto do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Tenta elaborar uma teoria geográfica para identificar estruturas territoriais considerando apenas a dinâmica espacial do capitalismo, sem necessidade de entrar numa teoria do Estado. A dinâmica da acumulação no capitalismo levaria à produção de estruturas espaciais para a garantia da produção e da circulação, mas, contraditoriamente, pode levar ao processo de superacumulação, para a resolução dos quais é necessário periodicamente certos ajustes espaciais (HARVEY, 2006). Essa dinâmica foi sendo construída aos poucos na economia-mundo capitalista, por meio de acumulação originária, surgimento de propriedade privada e de relações sociais de produção tipicamente capitalistas (MARX, 2009). Uma vez estabelecida, a dinâmica capitalista na economia-mundo tem se movimentado por meio de um processo do qual Harvey (2006) tentou desvendar a lógica espacial. As relações sociais de produção se desenvolvem dentro dos territórios, sobre um espaço natural, mas com a produção de estruturas espaciais e alianças regionais de classe, que são periodicamente desmanteladas e recriadas de acordo com a lógica espacial da economia capitalista ao buscar escapar de suas próprias crises.

Neste momento do capitalismo, aumenta a massa de desvalidos, com a dissolução de sociabilidades constituídas já nos moldes modernos, aumenta o exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que se avança sobre a fronteira nas periferias em direção aos fundos territoriais. É neste momento que ressurge o conceito de território, com certos enfoques dando preferência para escalas micro, com influência da antropologia, dando força a discussão dos processos identitários. A teoria decolonial, que parece estar em voga, corre o risco, por vezes, de cair nesta armadilha da identidade, como elucidou Haider (2020). Pois reivindicar direitos baseada em identidades, o que Haider (2020) chamou de política identitária, sujeitando-se ao poder do Estado, sem levar em consideração que esse Estado tem uma lógica de funcionamento econômica para fora e política para dentro, como argumentou Wallerstein (1974), é perder de foco o econômico que interfere no político.

Além do mais, as perspectivas teóricas desenvolvidas para o estudo de populações originárias, trazidas apressadamente para análises de realidades urbanas, podem ser um sinal de perigo. As territorialidades nas cidades, politizadas por suas identidades, podem cair nas armadilhas de um jogo político em que hoje, com a fragmentação dos territórios, as identidades

podem ser manipuladas com interesses econômicos na nova estratégia dos *big data* que buscam nichos de mercado, por meio das tecnologias da 4ª Revolução Industrial. Também não se pode esquecer que a dominação hoje, desde meados do século XX, é um processo de dominação que se faz por meio do controle subjetivo, por meio do consenso, nos termos de Gramsci, em que as subjetividades são capitalisticamente produzidas, como expressou Guatari (2012). Não se pode discutir os territórios como se não estivéssemos na sociedade burocrática do consumo dirigido (Lefebvre, 1976) e como se as possíveis apropriações não fossem também concretas. O que ocorre é que existem formas de apropriação garantidas legalmente pelo Estado e por classes. Dominação e apropriação estão entrelaçadas.

Segundo Wallerstein (1974), ao analisar o surgimento dos Estados no sistema-mundo, afirma que primeiro surgiu a estrutura econômica e a forma política, “as paixões” vieram depois. O autor falava da identidade nacionais, mas hoje seria o caso de as identidades constituídas nos processos fragmentados de reapropriação do espaço, estarem vindo antes dos processos geradores nas análises, como a carroça que se coloca antes dos bois. Quando visto neste sentido é que o conceito de território pode estar se tornando um novo caso de conceito-obstáculo que impede as análises espaciais críticas. Indicações de leitura crítica do conceito foram já feitas por Damiani (2009), que distinguiu territorialidades temporárias de territorialidades fixas, essas de processos de longa duração, ou por Martin (2009), que propõe a politização da geografia política e vê com olhos críticos a discussão sobre o território como se os velhos paradigmas não fizessem mais sentido.

Será que muitas dessas novas territorialidades não se constituem de populações que vivem nessas formas não capitalistas de produção recriadas pelo nosso capitalismo subordinado? É possível pensar criticamente a reivindicação de apoio por parte do Estado-Nação de territorialidades tradicionais ou vista como tradicionais sem pensar o processo de formação do território? Os movimentos sociais têm todo o direito de o fazer, mas a análise crítica deve buscar explicações mais profundas, em outro nível.

Segundo a discussão de Moraes (2005a, 2005b, 2011), dentro do Estado territorial pode haver uma relação entre diversas formas de produção internamente dentro de uma mesma formação social. Esse tipo de concepção de território pode auxiliar a produzir respostas mais efetivas, e que consigam superar as armadilhas ideológicas a que certas concepções teóricas acabaram nos levando. Assim como também o espaço e seu papel na reprodução dos processos sociais, como fator, como condicionante da sociedade (Santos, 2012), e integrado no processo de reprodução do capital e das relações sociais de produção (Lefebvre, 1976). O modo de vida urbano, o uso da forma dinheiro, a integração no espaço urbano e a dependência de alimentos

do campo e do Estado fica fora de pauta. Como se esses sujeitos não estivessem dentro das relações sociais de produção do modo de produção capitalista, e dentro de certas relações de poder de variadas escalas.

A ideia gramsciana de sociedade civil como um Estado ampliado, em que aparelhos privados de hegemonia disputam a dominação parece muito mais frutífera, como propõe Coutinho (1999) e Fontes (2006). A multiterritorialidade, os “múltiplos territórios”, na verdade são projeções que se entrelaçam no espaço, como na ideia de espaço diferencial de Lacoste (1993). Os mesmos sujeitos podem ser alvo de disputas por atores que buscam ser hegemônicos. Uma análise do território que levantou justamente as ideias de Gramsci foi a de Ribeiro (2003, 2005), uma socióloga, parceira intelectual de Milton Santos, mas que infelizmente não está entre as mais estudadas e citadas na Geografia. Entretanto, as possibilidades de enriquecer o conceito de território com a teoria gramsciana ainda é uma tarefa por fazer, que pode virar uma agenda de pesquisa para uma geografia marxista que renasce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra hegemonia já foi muito usada, mas o aprofundamento e o desenvolvimento teórico ainda está por fazer. A questão de como se constitui o poder no espaço, e como se faz o território, ainda tem lacunas. Para melhor definir o território, considerando as relações sociais de produção no espaço, como um modo de ver o espaço em que se destaca a dominação, seria necessário recuperar autores que trabalham com o problema da dominação e da hegemonia. Seria o caso de identificar as distâncias, as situações diversas, se urbana ou rural, o grau de contato com a sociedade de massas e com objetos técnicos carregados de intencionalidade, com a sociabilidade capitalista em geral. Como se produz o consenso e a coerção em cada situação. Algumas críticas já estão sendo feitas, como a de Conceição (2021). Martin (2009) propõe a politização da geografia política e vê com olhos críticos a discussão sobre o território como se os velhos paradigmas não fizessem mais sentido. Também Damiani (2009), e com uma perspectiva bem diferente da proposta de multiterritorialidade de Haesbaert (2007, 2009).

Se entrou na moda o uso de autores como Foucault, Gramsci foi estranhamente esquecido na Geografia. Algumas exceções como Santos (2009), Carlos (2019), Harvey (2004, 2006), devem ser revistos, mas ainda há extenso trabalho intelectual. Os textos que melhor recuperaram o pensamento de Gramsci são os de Ribeiro (2003, 2005). A ideia de formação territorial (Moraes, 2011), que articula formas capitalistas e não capitalistas de produção, foi



ainda pouco explorada. Assim como uma questão-chave não colocada em termos explícitos: qual o papel do espaço na produção da hegemonia?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma Geografia do espaço. _____; CRUZ, Rita de Cássia A. (orgs.). **A Necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 15-28.
- CONCEIÇÃO, Alexandre Luz. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**. v.17, n.32, p.7-21, Ano 2021.
- DAMIANI, Amélia. Geografia política e novas territorialidades. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2009. p.17-26.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In. SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/ PPG UNESP, 2009. p. 197-215.
- FONTES, Virgínia. A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2006.
- FUINI, Lucas Labigalini. Teorias sobre o território na América Latina. SPOSITO, Eliseu Silvério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (orgs.). **Teorias da Geografia**. Avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 199-243.
- GUATARI, Félix. **As três ecologias**. 21.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- HAIDER, Assad. **Armadilha da identidade**. Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2020.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre redes e aglomerados de exclusão. CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa; CASTRO, Iná Elias. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (1995). pp. 165-205.
- _____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói-RJ, Ano IX, n.17, p.19-46, 2007.
- _____. **O mito da desterritorialização**. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2009 (2004).
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, Cortez, n. 2, v.6, p. 7-14, jun./set, 1982 (1978).
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. **The Survival of Capitalism: The Reproduction of the Relations of Production**. New York, NY: St Martin's Press, 1976
- _____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001 (1968).
- _____. **A Produção do Espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte, 2006, no prelo (1974).
- _____. **Espaço e Política**. O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 (1972).
- _____. **A Revolução Urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019 (1970).
- MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 49-78



MARTIN, André Roberto. A politização da geografia como alternativa à “crise dos territórios”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; PONTUSCHKA, Nidia Nacib. (org.). **Geografia em perspectiva**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2009. p.27-33.

MARX, Karl. Introdução a Para a crítica da economia política. In: **MARX**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. p.23-54.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. 5.ed. São Paulo, Annablume, 2005a (1988).

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005b.

_____. **Geografia histórica do Brasil**. Capitalismo, território e periferia. São Paulo, Annablume, 2011.

_____. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo:Annablume, 2013.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo**: conflitos e superação no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999. p.63-110.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002.

_____. Milton Santos – Ciência, Ética e Responsabilidade Social. In: SANTOS, Milton (org. RIBEIRO, Wagner. C.). **O País Distorcido**. O Brasil, a Globalização e a Cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002b.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena Reflexão sobre Categorias a Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território Brasileiro**. Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 29-40.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário.

In: _____. (org.) **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93-111.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da USP, 2009.

_____. **Por uma Geografia Nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6.ed. 2º reimpres. São Paulo; EdUSP, 2012.

_____. O retorno do território. In: _____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da USP, 2014. p.13-154.

_____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 (1987).

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp 77-116.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In. SAQUET, Marcos A. e SPOSITO, Elizeu S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular/ Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2009. p. 57-72.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. Vol. 1. A Agricultura Capitalista e as Origens da Economia-Mundo Europeia no Século XVI. Porto, Editora Afrontamentos, 1974.